Providencialismo e história política nos *Decem Libri Historiarum* de Gregório de Tours

Providentialism and Political History in the Decem Libri Historiarum *of Gregory of Tours*

MARCELO CÂNDIDO DA SILVA
Professor de História Medieval da Universidade de São Paulo (USP) e Pesquisador Associado da "Unité Mixte de Recherches, Mondes Chrétiens et Musulmans Médiévaux" (UMR 5648/Lyon-França)

RESUMO O objetivo desse artigo é mostrar que na perspectiva do historiador franco Gregório de Tours, é na ação e na interação dos homens de poder que o sentido que a Providência outorga à história torna-se inteligível. Tentaremos igualmente demonstrar que os Decem Libri Historiarum constituem uma fonte para a história política, apesar da presença em seu interior de uma narrativa que aparentemente privilegia o Providencialismo em detrimento da Política strictu sensu. Por paradoxal que possa parecer, é através de uma descrição moralizante dos combates que opunham os homens bons aos homens maus, que Gregório dá elementos que permitem a compreensão da história política do mundo merovíngio. Para ilustrar o que acaba de ser dito, analisaremos a maneira pela qual ele situa em sua narrativa dois reis francos que lhe eram contemporâneos, Chilperico e Gontrão.

Palavras-chaves Gregório de Tours, Merovíngios, História

ABSTRACT The aim of this article is to show that in the perspective of the Frankish historian Gregory of Tours, it is the action and interaction of the men of power that determine the meaning of history given by Providence. I shall also try to demonstrate that the *Decem Libri Historiarum* is a source for political history, despite the presence of a narrative that apparently privileges Providentialism to the detriment of politics in the strict sense. As paradoxical as it may seem, it is through a moralistic description of the struggles that oppose good men to bad that Gregory permits an understanding of the political history of the Merovingian world. To illustrate this notion, I shall analyze the way that he situates in his narrative two Frankish kings who were his contemporaries: Chilperic and Guntram.

Key words Gregory of Tours, Merovingians, History

Uma grande parte das informações de que dispomos sobre a Gália merovíngia, sobretudo no que se refere ao século VI, deve-se a Gregório de Tours (c.538- c.593). Em uma época, na Gália, onde a produção historiográfica se resumia a crônicas de eventos cujo alcance raramente ultrapassava os limites regionais, Gregório foi um inovador: ele pretendeu escrever uma história "universal". Nascido em Clermont (atual Clermont-Ferrand, capital do departamento francês da Alvérnia), por volta de 538, Gregório tornou-se bispo da cidade de Tours em 573. Pertencia a uma família de origem senatorial com uma longa tradição de serviço ao poder civil e à Igreja Católica.[1] Era parente do último imperador galo-romano, Avitus; seu predecessor no episcopado de Tours era primo de sua mãe; além disso, um de seus ancestrais estava entre os primeiros mártires cristãos da Gália, que foram assassinados em Lyon no ano de 177. Graças à sua posição no seio da hierarquia eclesiástica, Gregório de Tours era um espectador privilegiado da sociedade franca. Ele conviveu com muitos dos personagens descritos em sua obra, reis, santos, mártires. A cidade da qual era bispo, era, também, o centro do culto a São Martinho (m. 397), o santo padroeiro da dinastia merovíngia. Defensor da ortodoxia católica, Gregório multiplicou em suas obras a defesa da ortodoxia e os ataques contra os heréticos, clérigos ou laicos, de confissões arianas ou judia.[2]

1 R.W. Mathisen, «The Family of Georgius Florentinus Gregorius and the Bishops of Tours», pp. 83-95.

2 Por exemplo: *Decem Libri Historiarum* V, 43, pp. 249-252 (Gregório discute com Ágila, um ariano); *Decem Libri Historiarum* V, 44, (ele questiona a posição do rei Chilperico sobre a Trindade); VI, 5 (ele discute com um judeu); *Decem Libri Historiarum* VI, 40 (ele tem uma altercação com um visigodo ariano); e também, *Decem*

Entre as várias obras que escreveu, encontra-se os *Septem libri miraculorum*, dedicados aos milagres de santos; há também um livro contendo 20 *vitae* de "santos personagens" (*Liber vitae Patrum*); um comentário dos Salmos (*In Psalterii tractatum commentarius*); um texto contendo uma descrição das posições das estrelas para orientar os cristãos em suas preces litúrgicas (*De Cursu Stellarum ratio*). Gregório escreveu igualmente uma edição prefaciada das missas de Sidônio Apolinário; um livro sobre os milagres do Apóstolo André (*Liber de miraculus beati Andrae apostoli*) e um outro sobre a Paixão dos sete dormentes de Éfeso (*Passio sanctorum Martyrum Septem Dormientium apud Ephesum*). Contudo, através dos *Decem Libri Historiarum* (*Dez Livros de História*) que ele se tornou conhecido ao longo do período medieval e entre os historiadores modernos.[3]

Os *Decem Libri Historiarum* (também chamados de *Histórias*) compõem-se de 443 capítulos distribuídos em 10 livros.[4] O primeiro livro, com seus 48 capítulos, começa com a criação da Igreja pelo Cristo (que o autor coloca em paralelo com a Criação do mundo por Deus) e termina com a morte de São Martinho de Tours, em 397. O segundo livro, que aborda mais detalhadamente a história dos reis francos e da Igreja da Gália, com 43 capítulos, se estende desde o advento de Brício, sucessor de São Martinho, até a morte de Clóvis, em 511. Os oito livros restantes tratam dos reinados dos filhos e dos netos de Clóvis no período compreendido entre 511 e 591. O terceiro livro (37 capítulos) se prolonga até a morte de Teodeberto I, em 548. O quarto, e também o mais longo pelo número de capítulos (51), termina com a morte do rei Sigeberto, em 575. A partir do quinto livro, o relato torna-se cada vez mais minucioso. Os livros VI, VII, VIII, IX e X, por exemplo, cobrem um período de apenas 11 anos, entre 580 e 591.

Vários historiadores criticaram o valor intrínseco nos *Decem Libri Historiarum*: o "estilo rude", as "omissões", as "repetições", as "contradições internas" e os "erros cronológicos" fariam dessa obra uma testemu-

---

Libri Historiarum X, 13 (Gregório discute com um padre "infectado pela perniciosa doutrina dos saduceus" — os saduceus, de acordo com os Atos dos Apóstolos, discordavam de Pedro e de João, que anunciavam em Jesus a ressurreição dos mortos, At., IV, 1).

3 O texto em latim, do qual alguns estratos serão citados aqui, é o da edição de 1937, das *Monumenta Germaniae Historica* (*Scriptores Rerum Merovingicarum*, t. I e II, ed. B. Krusch). Utilizaremos igualmente a tradução inglesa de L. Thorpe (*The History of the Franks*, 1974), e a tradução francesa de R. Latouche (*L'histoire des Francs*, 1963-1965). Uma nova edição e tradução dos *Decem Libri Historiarum*, com o texto original em latim, está sendo preparada em conjunto por Pascale Bourgain, historiadora francesa, e por Martin Heinzelmann, pesquisador do Instituto Histórico Alemão de Paris.

4 A.H.B. Breukellaar estima que não há razão alguma para se pensar que Gregório tenha esperado sua consagração como bispo de Tours para começar a escrever. Ele teria começado bem antes de se mudar para Tours, quando ainda ocupava uma função eclesiástica em Clermont. O indício que Breukelaar apresenta para sustentar sua tese é o fato de que nos primeiros quatro livros dos *Decem Libri Historiarum*, as referências à cidade de Clermont são muito mais numerosas do que aquelas que remetem à cidade de Tours. (*Historiography and episcopal authority in sixht-century*, pp. 29-50). Contudo, como bem mostrou M. Heinzelmann, os *Decem Libri Historiarum* foram ordenados e editados por Gregório pouco antes de sua morte (*Gregor von Tours*, pp. 96-102).

nha pouco fiável da história merovíngia. Muito se escreveu também sobre a suposta "ingenuidade" de Gregório de Tours. F. Lot o considerava "pouco inteligente" e, para justificar sua apreciação, ele salientava a credulidade do mesmo em relação aos milagres, procurando demonstrar, assim, sua "ingenuidade infantil".[5] Os eventos nos quais Gregório observa a influência sobrenatural são numerosos, mas eles não devem ser observados simplesmente como a prova de que sua obra é dominada pelo temor supersticioso em Deus e em seus santos. O fato de que ele acreditava nas virtudes miraculosas das relíquias e no poder das preces não constitui razão suficiente para desqualificar os *Decem Libri Historiarum*. É legítimo que nos perguntemos: quem, entre os seus contemporâneos, não acreditava nas mesmas coisas?

Aliás, um dos principais méritos dos trabalhos recentes sobre a obra gregoriana foi o de combater a opinião bastante difundida na historiografia francesa durante a primeira metade do século XX, segundo a qual Gregório de Tours era um "ignorante" e um "ingênuo". W. Goffart reconhece em Gregório de Tours um plano consciente, uma filosofia da história e mesmo um estilo satírico. Essa filosofia teria sido exposta por Gregório no prólogo de seu segundo livro, quando descreve, de um lado, os feitos dos santos e, de outro lado, as tragédias dos povos e as guerras dos reis. Essa mistura constituiria a própria essência da história para o bispo de Tours. Dessa história em que coexistiriam os bem-aventurados e os condenados à danação, não poderia resultar nem progresso nem decadência, contrariamente às expectativas de Orósio e de Jerônimo. O essencial da história, desde a Criação, seria a dicotomia entre a santidade e as ações humanas.[6] Na opinião de Martin Heinzelmann, Gregório conseguiu combinar o relato edificante de fatos variados de sua época com uma estrutura de capítulos e livros que exprimem, ao mesmo tempo, modelos de sociedade (reis colaborando diferentemente com os bispos) e um conceito escatológico próprio à história cristã.[7]

Através de seus relatos sobre os atos violentos perpetrados por Clóvis e por seus sucessores, Gregório de Tours influenciou várias gerações de medievalistas. Para muitos historiadores alemães, o bispo de Tours foi injusto em relação aos merovíngios. É o caso de K.G. Kries, para quem

5 F. Lot, *Les destinées de l'Empire en Occident de 358 à 888.*

6 W. Goffart, *The Narrators of Barbarian History*, pp.124-256.

7 M. Heinzelmann, *Grégoire de Tours, 538-594.* In: C. Gauvard, A. de Libera, M. Zink (dir.) *Dictionnaire du Moyen Âge.* Paris, 2002, p. 614. O fato de que alguns historiadores identifiquem no relato dos eventos feito por Gregório um plano consciente da história não esgotou o debate sobre esse autor. As visões sobre Gregório permanecem ainda bastante heteróclitas, ainda que nem sempre contraditórias. J.-M. Wallace-Hadrill, por exemplo, vê em Gregório o propagandista do culto a São Martinho. (« The Work of Gregory of Tours in the light of modern research», pp. 49-70). P. Brown (*The cult of the saints : its rise and fonction in latin christianity*, p. 250) e R. Van Dam (*Leadership and Community in Late Antique Gaul*, pp. 177-300). sustentam que as obras do bispo de Tours são peças essenciais para se compreender o culto dos santos na Alta Idade Média. Mais recentemente, I. Wood definia Gregório como um manipulador astuto da informação religiosa e política (*Gregory of Tours*, p. iii).

Gregório teria exagerado a brutalidade dos mesmos.[8] Menos consternados que seus colegas alemães do século XIX pelo rigor com o qual Gregório descreveu o mundo franco, certos historiadores franceses defenderam o que para eles era um retrato extremamente negativo, porém verdadeiro, desse mundo. G. Monod, em 1873, pouco tempo após o final do conflito franco-prussiano, afirmava que se alguns historiadores alemães duvidavam da autenticidade de certos capítulos dos *Decem Libri Historiarum*, era para melhor colocar em cheque a veracidade do quadro negativo da descrição dos francos por Gregório[9]. A imagem de uma sociedade dominada pela violência, em que os assassinatos e as torturas eram práticas rotineiras que dependiam exclusivamente do capricho dos poderosos, estimulou a imaginação de mais de um historiador.

Ora, nos *Decem Libri Historiarum* encontramos uma visão da monarquia franca que não é tão negativa. S. Linger, em sua comunicação no colóquio intitulado *Hommes de pouvoir, ressources et lieux du pouvoir*, fundou-se na obra de Gregório para identificar certas subtilidades do funcionamento do sistema político merovíngio, como, por exemplo, a existência de uma noção de bem comum cujos homens de poder seriam os depositários, como nos tempos de Roma[10]. Na *Settimane di Studio del Centro Italiano di studi sull'alto Medioevo*, de 1995, consagrada ao estudo da justiça na Alta Idade Média, L. Pietri e O. Guillot utilizaram os *Decem Libri Historiarum* para demonstrar o alto grau de elaboração da vida política nos tempos merovíngios. L. Pietri concentrou-se na análise dos julgamentos relatados por Gregório. Ainda que não chegue a falar de "estado de direito" para qualificar a realeza merovíngia, essa autora constata, a partir da obra de Gregório, a inexistência de um sistema jurídico fundado exclusivamente no arbítrio do soberano[11]. Por sua vez, O. Guillot identifica, na Gália, uma prática jurídica erudita e próxima em muitos aspectos à prática vigente no Império Romano[12]. A idéia segundo a qual Gregório teria pintado um quadro sombrio da Gália merovíngia é seriamente colocada em dúvida hoje. As re-interpretações dos *Decem Libri Historiarum* permitem que encontremos, sob a imagem de reis absolutos cujo único freio à violência seria a crença supersticiosa em Deus e em seus santos, governantes respeitosos das regras de justiça e dos direitos e das prerrogativas dos bispos.

Um outro mito historiográfico combatido pelos trabalhos mais recentes sobre Gregório de Tours é a imagem de "pai da história da França",

8 K.G. Kries, *De Gregorii Turonensis episcopi vita et scriptis*, p. 36.
9 G. Monod, *Etudes critiques sur les sources de l'histoire mérovingienne*, 1ère partie: *Grégoire de Tours, Marius d'Avranches*, p.64.
10 S. Linger, «Puissance sociale des *domini* d'après l'œuvre de Grégoire de Tours», pp.51-69.
11 L. Pietri, «Grégoire de Tours et la justice dans le royaume des Francs», pp.476-477.
12 O. Guillot, «La justice dans le royaume franc à l'époque mérovingienne», pp.653-731.

associada pela primeira vez à sua pessoa por C. Fauchet no século XVI — e que obteve um grande sucesso junto a várias gerações de historiadores franceses.[13] Os *Decem Libri Historiarum* são vistos hoje como uma história da "Igreja do Cristo" — isto é, uma história da sociedade cristã — e não como uma "história nacional dos francos". Nesse sentido, o título *Dez livros de História* é sem dúvida mais apropriado e menos redutor que *História dos Francos*. Esse último título seria, segundo W. Goffart, uma criação da época carolíngia que não faria jus à própria vontade de Gregório, que na conclusão de sua obra mencionava claramente a expressão *Decem Libri Historiarum*. O mais importante não seria, segundo ele, saber se os francos eram ou não o principal tema da narrativa de Gregório, mas reconhecer que ele não quis integrá-los ao título de sua obra. A vontade do autor não deixaria nenhuma dúvida quanto à validez desse título mais amplo.[14] Crítico da idéia segundo a qual os francos estariam no centro da narrativa de Gregório, M. Heinzelmann salienta que a designação *História dos Francos* poderia dar a falsa impressão que o autor visava menos a história da sociedade cristã que a história do povo franco.[15]

Apesar do que acaba de ser dito, e sem querer em hipótese alguma discutir a validade do título *Decem Libri Historiarum*, é necessário reconhecer que Gregório outorga aos francos um lugar de destaque em sua narrativa, mais importante do que o lugar que ele dá aos habitantes do Império do Oriente, ou a qualquer outro povo. Quando ele escreve sobre a "história contemporânea", são os habitantes da Gália merovíngia que aparecem no primeiro plano de sua narrativa. Ao longo de sua obra, os reinados dos príncipes merovíngios são inclusive utilizados para datar

13 C. Fauchet, *Œuvres*, I, fol. 147, *Apud*. G. Monod, *Etudes critiques sur les sources de l'histoire mérovingienne, 1ère partie, Introduction, Grégoire de Tours, Marius d'Avenches*, p.58.

14 W. Goffart, «From 'Historiae' to 'Historia Francorum' et back again: aspects of the contexture history of Gregory of Tours», pp.55-76.

15 M. Heinzelmann, «Grégoire de Tours, 'père de l'histoire de France'?», pp.19-45. Uma das famílias de manuscritos dos *Decem Libri Historiarum* que chegaram até nós, conhecida como «versão B», e que contém somente os seis primeiros livros, expurgados de tudo o que diz respeito à história eclesiástica, foi durante muito tempo considerada como a mais próxima do texto original de Gregório. Para Guizot, Gregório compôs duas versões dos *Decem Libri Historiarum*, sendo que a primeira corresponderia à «versão B» dos manuscritos (*Collection des mémoires relatifs à l'histoire de France*, vol. I, xxi). Para G. Vinay, os manuscritos da «versão B» seriam o resultado de uma nova edição da obra realizada por Gregório d'une (*San Gregorio de Tours*, pp.75-79; pp.173-192). L. Thorpe, em 1974, chegou às mesmas conclusões («Introduction», dans Grégoire de Tours, *The History of the Franks*, pp.7-58). Contrariando essas opiniões, W. Goffart argumenta que a «versão B» não era o resultado de uma abreviação desejada pelo bispo de Tours. Essa série seria, segundo Goffart, uma abreviação do século VII, obra de editores a serviço do poder real. Esse autor não acredita que uma parte dos *Decem Libri Historiarum* foi objeto de uma publicação em separado, e insiste sobre a homogeneidade do conjunto dos dez livros (W. Goffart, «From 'Historiae' to 'Historia Francorum' and back again: aspects of the contexture history of Gregory of Tours», ici p.65-66). A.H.B. Breukelaar também não acredita que Gregório tenha realizado uma primeira versão de sua obra contendo somente uma parte dos livros. Ele contesta também o fato de que o bispo tenha sido o autor da famosa "versão B" dos manuscritos (*Historiography and episcopal authority in sixth-century Gaul*, p.29-50). Admitir a possibilidade de uma primeira edição expurgada dos capítulos sobre os santos, os bispos e os mártires equivaleria a afirmar que Gregório fazia a diferença entre história secular e história eclesiástica, o que não era o caso, como bem mostraram P. Bourgoin, M. Heinzelmann (P. Bourgain et M. Heinzelmann, «L'œuvre de Grégoire de Tours: la diffusion des manuscrits», pp. 273-317) e A.H.B. Breukelaar (*Historiography and episcopal authority in sixth-century Gaul*, pp.27, p.227).

os principais eventos. Gregório não realiza um relato exaustivo da história bizantina; ele menciona o imperador em apenas alguns capítulos isolados. Ainda que a sua preocupação fundamental seja escrever uma história cristã, o teatro onde se desenrolam os acontecimentos por ele descritos era a Gália franca; os atores principais desses eventos — sejam eles clérigos ou laicos — são, em sua maioria, súditos dos reis francos. Os seis primeiros livros dos *Decem Libri Historiarum* terminam, sem exceção, com morte ou predições sobre a morte de um personagem importante.[16] Esses personagens são respectivamente São Martinho, Clóvis, Teodeberto, Sigeberto e Chilperico (A morte desse último, prevista em uma visão do bispo Salvius no último capítulo do livro V, é narrada no final do livro VI). Cabe lembrar que todos esses personagens estão intrinsecamente ligados à história franca: São Martinho é o santo padroeiro da dinastia merovíngia; Clóvis, o primeiro governante do *regnum Francorum*; Teodeberto, neto de Clóvis, da mesma maneira que Sigeberto e Chilperico.

A correlação entre a obra de Gregório e a história dos francos parece bastante estreita, mesmo que o seu relato não diga respeito unicamente à história profana. O bispo de Tours tratou do mundo franco, de seus reis, de seus bispos, de seus santos e de seus prodígios, em uma perspectiva escatológica. Ele acredita firmemente que os francos são o novo povo eleito, que contribuirão para o triunfo da ortodoxia sobre a heresia e, conseqüentemente, para a construção da sociedade cristã. O advento dos francos seria um fato providencial que transcenderia a dimensão da história profana. O bispo de Tours não esconde o desgosto que lhe inspiram as guerras civis, os assassinatos e a crueldade dos personagens mais importantes do reino. Paradoxalmente, ele mantém a esperança na capacidade da dinastia merovíngia ser o instrumento da Providência divina. Se os *Decem Libri Historiarum* têm por eixo a história da construção da sociedade cristã, os francos são seus principais atores. Mesmo quando Gregório menciona outros povos do Ocidente, ele o faz para ressaltar a inferioridade dos mesmos em relação aos francos. No prefácio do livro III, o bispo de Tours opõe Clóvis, aquele que teria confessado à Trindade e em seguida estendido seu reino sobre todas as Gálias, a Alarico, que ao negar essa mesma Trindade, teria perdido todo seu reino.[17] Face à "coragem" dos francos, Gregório opõe o "medo" dos godos.[18]

16 M. Heinzelmann, *Gregor von Tours (538-594)*, pp. 32-83 ; ver também, do mesmo autor, «Histoire, rois et prophètes. Le rôle des éléments autobiographiques dans les 'Decem Libri Historiarum' de Grégoire de Tours: un guide épiscopal à l'usage du roi chrétien», pp.544-545.

17 *Decem Libri Historiarum* III, p. 97: «*O rei Clóvis, que a confessou, esmagou os heréticos com a ajuda divina e estendeu sua dominação através de todas as Gálias; porém, Alarico, que se recusou a aceitar a Trindade, foi privado de seu reino, de seu povo, e o que é mais importante, da vida eterna*».

18 *Decem Libri Historiarum* II, 27, p. 71: *«Mas Alarico, temendo de incorrer, por causa de Syagrius, a cólera dos francos, pois ter medo é um hábito dos godos, o livrou acorrentado aos embaixadores»*.

É legítimo que nos questionemos sobre a relevância da obra de Gregório para a história política. As construções institucionais ou as idéias políticas não constituem de maneira alguma o objeto de Gregório de Tours. Ele não escreve uma história do poder ou das relações de poder, tampouco focaliza sua obra em torno de categorias abstratas, tal como Santo Agostinho, por exemplo. São os homens e suas ações, boas ou más, que o interessam. Porém, Gregório não prioriza toda e qualquer ação humana. Somente os indivíduos de poder — bispos, rainhas, princesas, condes, reis, imperadores e papas — merecem sua atenção. Nos *Decem Libri Historiarum* encontramos, sobretudo, as proezas e as más ações dos reis e dos bispos e os milagres dos santos mártires ortodoxos. De um total de 427 capítulos em que ele descreve algum tipo de ação humana, 260 têm como protagonistas indivíduos de sangue real ou membros dos círculos reais. Os capítulos cujos protagonistas são membros do clero são em número de 198, enquanto que os chefes militares e os responsáveis administrativos aparecem em 126 capítulos. O *minor populus*, que não atrai muito a atenção do autor, está presente em 11 capítulos[19]. Esse trabalho buscará mostrar que, na perspectiva de Gregório, é na ação e na interação dos homens de poder que o sentido que a Providência outorga à história torna-se inteligível. Tentará também apontar que os *Decem Libri Historiarum* constituem uma fonte para a história política, apesar da presença em seu interior de uma narrativa que aparentemente privilegia o Providencialismo em detrimento da Política *strictu sensu*. Por paradoxal que possa parecer, é através de uma descrição moralizante dos combates que opunham os homens bons aos homens maus, que Gregório dá elementos que permitem a compreensão da história política do mundo merovíngio. Para ilustrar o que acaba de ser dito, analisaremos a maneira pela qual ele situa em sua narrativa dois reis francos que lhe eram contemporâneos, Chilperico e Gontrão.

Entre todos os descendentes de Clóvis, Chilperico é aquele que dispõe da pior reputação entre os historiadores modernos. Ele constitui na historiografia moderna o arquétipo da barbárie dos tempos merovíngios.[20] Os *Decem Libri Historiarum* são a principal fonte dessa "lenda negra". G. Tessier, por exemplo, ainda que acredite que os sentimentos pessoais de Gregório tenham podido interferir no retrato sem nenhuma indulgência que ele estabelece do rei franco, afirma que esse retrato

19 Em face dessa diversidade de temas abordados e de atores recenseados, não há dúvida que os títulos *História dos reis francos e História eclesiástica dos francos* são redutores.

20 G. Tessier, *Le baptême de Clovis*, p.192: «*À Côté de Gontran, Chilpéric fait figure d'impulsif, non seulement cruel et débauché, mais ambitieux et cupide, impatient de toute règle. On dirait parfois une brute déchaînée. Bien que superstitieux, il se moque des évêques et fait main basse sur le patrimoine ecclésiastique, ce qui ne l'empêche pas de pressurer ses sujets laïques en recourant à une impitoyable fiscalité. Ce déséquilibré, ce demi-sauvage n'en avait pas moins des prétentions intellectuelles qui traduisent un goût rudimentaire, mais peu éclairé, pour les choses de l'esprit*».

corresponde bem à personalidade de Chilperico.[21] No capítulo em que ele relata a morte desse rei, o bispo de Tours começa por descrevê-lo como "o Nero e o Herodes de nosso tempo":

> *« Enquanto essas pessoas prosseguiam sua rota com seu espólio, Chilperico, o Nero e o Herodes de nosso tempo foi à vila de Chelles que se encontra a cerca de cerca de cem estádios de Paris ».*[22]

Para compreender o sentido que Gregório dá a essa comparação, vejamos como ele descreve esses personagens em outras partes de sua obra. Nero é o imperador devasso, orgulhoso e vaidoso, mas, sobretudo, aquele que atacou o culto do Cristo e que mandou assassinar São Pedro e São Paulo:

> *«Furioso contra eles por que pregavam o Cristo filho de Deus e por que eles se recusavam a adorar os ídolos, Nero fez perecer Pedro sobre a Cruz e Paulo pela espada ».*[23]

Quanto a Herodes, ele teria mandado matar os recém-nascidos, pois temia pelo seu próprio poder:

> *«Herodes, temeroso por sua realeza, e que perseguiu o Cristo-Deus, massacrou todas as crianças pequenas...».*[24]

Não se trata de uma simples coincidência o fato de que Gregório tenha comparado Chilperico com o assassino dos Apóstolos. Através dessa comparação, é bastante provável que Gregório tenha querido referir-se ao rei como um inimigo dos bispos. É possível igualmente que o bispo de Tours tenha tentado mostrar essa aversão de Chilperico ao episcopado como um signo do ciúme nutrido por esse último em relação à Realeza do Cristo, daí a comparação com Herodes. O orgulho e a crueldade de Nero e de Herodes servem, nos *Decem Libri Historiarum*, para sublinhar um traço da personalidade de Chilperico: sua falta de respeito em relação aos bispos e aos conselhos que eles poderiam lhe oferecer.

Gregório não se contenta com a comparação de Chilperico com Nero e com Herodes. Ele também enumera os numerosos pecados desse, ainda que pareça, inicialmente, remeter o leitor a trechos precedentes de sua obra onde ele aborda os males feitos por esse rei: *«O mal que ele fez, o texto que precede o mostra»*. O capítulo 46 constitui antes de tudo um inventário do reinado de Chilperico:

---

21 *Ibid.*
22 *Decem Libri Historiarum* VI, 46.
23 *Decem Libri Historiarum* I, 25.
24 *Decem Libri Historiarum* I, 19.

«Ele pretendia que ninguém era mais sábio do que ele. Ele compôs, tomando como modelo Sedulius, dois livros cujos versos pobres não podiam se sustentar de pé; em sua ignorância, ele colocou as sílabas breves no lugar das sílabas longas e colocou as longas no lugar das breves; ele realizou também outros opúsculos, hinos e missas que não podem ser aceitas sob nenhum ponto de vista ».[25]

Quando Gregório remarca a vaidade daquele que segundo ele acredita ser mais sábio do que qualquer um, ele está se referindo a recusa de Chilperico em ouvir e aceitar os conselhos dos bispos. Ele ridiculariza as incursões de Chilperico no domínio da literatura e da liturgia. A descrição do rei franco, feita pelo bispo de Tours, explica-se mais por razões teológicas, e mesmo políticas, do que por razões pessoais, em que pese a provável antipatia do bispo a Chilperico. Gregório nos informa que Chilperico legislou em matéria de teologia (Justiniano fez o mesmo); que ele introduziu novas letras no alfabeto (o imperador Cláudio também procedeu assim). Gregório nos revela um príncipe que tinha como norte de sua ação o modelo imperial romano. É ridicularizando as ambições literárias e teológicas desse príncipe, e também salientando traços de sua crueldade, que o bispo de Tours nos mostra o quanto Chilperico quis aproximar-se dos imperadores. Mais do que sua ignorância da literatura, dos dogmas e da métrica, ou ainda o desrespeito à palavra dada, o que tornava Chilperico o arquétipo do mau-governante aos olhos de Gregório era a relação que ele possuía com os bispos. Nos capítulos dos *Decem Libri Historiarum* sobre esse tirano depravado, cruel e avaro, Gregório identifica-lhe uma sensibilidade imperial no exercício da autoridade real. E é essa sensibilidade que constitui a chave para que se possa compreender a oposição do bispo de Tours ao rei Chilperico. As ambições culturais do rei reforçam a imagem de um príncipe cujas referências eram os imperadores romanos, eles mesmos fluentes em incursões no domínio da liturgia e da literatura. Gregório vê nas iniciativas de Chilperico apenas uma impostura, o fruto da ambição desmedida de um rei que teria ousado interferir até mesmo no domínio litúrgico. No entanto, o retrato do mau-governante não poderia ficar completo sem a crueldade:

«Ele devastou e incendiou várias regiões. Ele não ressentia nenhum remorso, mas sim alegria como em outros tempos Nero, que declamava tragédias durante os incêndios de seu palácio ».[26]

25 *Decem Libri Historiarum* VI, 46.
26 *Ibid.*

«Quando alguém era julgado culpado de algum crime, ele mandava arrancar seus olhos».[27]

O fato de que Chilperico quisesse aparecer aos seus súditos como um digno sucessor dos imperadores romanos talvez não tenha passado despercebido para Gregório. Convém ressaltar que a prática de se arrancar os olhos dos inimigos era recorrente em Bizâncio.[28] A referência a Nero teria a função, na narrativa de Gregório, de ridicularizar as pretensões imperiais de Chilperico e também de mostrá-las sob o prisma da crueldade. Trata-se de uma maneira hábil de desacreditar a política de *imitatio imperii* de seu rival, sem, no entanto, se atacar a função imperial. A título de exemplo, Tibério representa para Gregório o exemplo do bom imperador. Outros vícios vêm completar o retrato de Chilperico. É o caso da gula, mas também da devassidão, da luxúria e da cupidez.[29]

Contudo, o vício de Chilperico que ocupa lugar de destaque no texto de Gregório é a falta de respeito aos bispos:

«Em seu tempo, raros são os bispos que conseguiram obter um bispado».[30]

«Ele blasfemava continuamente contra os servos do senhor e nada lhe agradava mais quando ele estava entre seus amigos do que ridicularizar e escarnecer os bispos. Ele tratava este de desenvolto, outro de vaidoso, um terceiro de excesso e um quarto de luxúria. Ele pretendia que este era altaneiro, aquele outro, cheio de orgulho. Não havia nada que ele odiasse mais que as igrejas ».[31]

«Ele dizia continuamente: 'Eis que nosso fisco se empobreceu, eis que nossas riquezas foram transferidas às igrejas. Ninguém tem mais poder do que os bispos. Nossa autoridade morreu e foi transferida aos bispos das cidades'».[32]

Chilperico era culpado, na visão de Gregório, de não preencher as sedes episcopais. Podemos supor que esse rei desconfiava desses homens que "usurpavam" as prerrogativas da autoridade real. Era compreensível que ele tenha praticado a política da "sede episcopal vazia", de maneira a reduzir a influência dos bispos. Chilperico não só falava clara-

27 *Ibid.*
28 Ver M. Reydellet, *La royauté dans la littérature latine*, p. 419.
29 *Decem Libri Historiarum* VI, 46: *«Ele era extremamente glutão, e seu deus era seu ventre »*; *«Quanto à devassidão e à luxúria, não podemos imaginar um excesso que ele não tenha realmente cometido e sempre ele buscava novas maneiras de torturar seus súditos»*; *«Freqüentemente, ele puniu os homens injustamente por causa de suas riquezas»*.
30 *Ibid.*
31 *Ibid.*
32 *Ibid.*

mente, segundo Gregório, de seus temores em relação ao crescimento da influência política dos bispos, como também se queixava de que o episcopado governava em seu lugar e usurpava as riquezas da realeza em benefício próprio. Podemos inferir que o seu projeto político comportava a redução da influência dos bispos nas cidades e, ao mesmo tempo, a recuperação das prerrogativas da realeza e de seus representantes laicos.

A maldade desses últimos é denunciada por Gregório. Um desses altos funcionários mencionados nos *Decem Libri Historiarum* é Raccolenus, que recebeu do rei a missão de prender um de seus desafetos que se encontrava refugiado na basílica de Tours. Para cumprir sua missão, ele teria ameaçado Gregório de incendiar a cidade e os seus arredores[33] . O caso de Leudastus ilustra bem os choques existentes entre Gregório e os representantes do rei Chilperico. O bispo de Tours critica em Leudastus erros que ele também atribui ao próprio Chilperico, como o orgulho, a vaidade e a falta de respeito aos bispos. Em seu relato, Gregório descreve um conde que não hesitava em roubar as igrejas e em atacar os clérigos com o objetivo de aumentar seu poder e suas riquezas, às vezes mesmo em detrimento do próprio rei[34] . As mortes brutais de Leudastus e de Raccolenus — da mesma maneira que a morte de Chilperico — aparecem no texto de Gregório como a punição merecida por suas maldades.[35]

A mesma conexão podemos observar na descrição da morte de Chilperico, no capítulo 46 do livro VI:

> *«Ele jamais amou alguém de uma maneira pura e ele não foi amado por ninguém; eis porque, quando ele exalou seu último suspiro, todos o abandonaram. Mallulf, bispo de Senlins, que o esperava em vão por uma audiência há três dias em sua tenda, veio assim que ele soube que Chilperico tinha sido assassinado. Após tê-lo lavado, ele o vestiu com suas melhores roupas e, tendo passado a noite a contar hinos, ele o colocou em um navio e o enterrou na Basílica de São Vicente, em Paris, enquanto a rainha Fredegonda permanecia sozinha na catedral ».*[36]

Gregório mostra ao leitor que aquele que durante toda vida não havia tido a mínima consideração em relação aos bispos e que o demonstrou mesmo nos seus últimos instantes, obrigando o bispo de Senlins a esperar três dias por uma audiência, acabou encontrando, depois de

33 *Decem Libri Historiarum* V, 4.
34 *Decem Libri Historiarum* V, 48-49.
35 Sobre a morte de Leudastus, ver *Decem Libri Historiarum* VI, 32.
36 *Decem Libri Historiarum* VI, 46.

morto, somente esse bispo para vestir seu cadáver e enterrá-lo. O evento tem um sentido moral e político: ele demonstra o triunfo do episcopado sobre o seu maior inimigo entre os reis francos.

Alguns autores colocam em dúvida a autenticidade do relato de Gregório de Tours sobre Chilperico. Segundo W. Meyer, o fato de que em nenhuma outra parte dos *Decem Libri Historiarum* encontra-se uma crítica tão acerba de Chilperico como aquela do capítulo 46, do livro VI, provaria que esse capítulo foi incorporado à obra por um outro autor após a morte de Gregório de Tours.[37] Esse ponto de vista parece sedutor, visto que, em outro momento de sua obra, Gregório refere-se a Chilperico da seguinte forma: *«Todos admiraram a sabedoria e ao mesmo tempo a paciência do rei»*.[38] Contudo, não há razão para se colocar em dúvida a autenticidade do referido capítulo 46. Ele apenas resume e reforça a imagem que o bispo de Tours transmite de Chilperico ao longo dos *Decem Libri Historiarum*. A primeira vez que o rei franco aparece no relato de Gregório é como um usurpador e um corruptor:

> *«Após os funerais de seu pai, Chilperico tomou possessão de seu tesouro que estava guardado na villa de Berny. Em seguida, ele buscou os francos mais influentes e, tendo-os convencido com presentes, lhes submeteu ».*[39]

No episódio de seu casamento com uma princesa espanhola, ele é descrito como um ganancioso sem nenhum escrúpulo:

> *«Ele a amava muito especialmente pois ela havia trazido consigo um grande dote».*[40]

Gregório vai mesmo além, sugerindo que Chilperico teria tramado o assassinato dessa princesa:

> *«Finalmente, ele fez com que ela fosse estrangulada por um de seus escravos e ela foi encontrada morta em seu leito».*[41]

Gregório o retrata como um governante cruel que não hesitava em prolongar os sofrimentos daqueles que estavam sob seu jugo:

37 *Der Gelegenheitsdichter Fortunatus*, p. 310, n. 53.
38 *Decem Libri Historiarum* V, 49.
39 *Decem Libri Historiarum* IV, 22.
40 *Decem Libri Historiarum* IV, 28.
41 *Ibid*.

«O rei ordenou que ele fosse tratado por médicos até que fosse curado desses ferimentos para em seguida ser martirizado por um longo suplício».[42]

No episódio do julgamento do bispo Pretextatus, acusado por Gregório de traição, Chilperico é mostrado como alguém que não possuía o mínimo respeito pela palavra dada.[43] A menção à sabedoria e à paciência de Chilperico, no capítulo 49 do livro V, constitui uma opinião circunscrita a um evento específico, o posicionamento do rei face às acusações de traição feitas a Gregório por Leudastus. Chilperico havia decidido aceitar a declaração de inocência do bispo de Tours que, todavia, teve de pedir desculpas através de um juramento e de missas rezadas em três altares distintos. Gregório acrescenta que *"Se bem que essas medidas fossem contrárias aos cânones, nós as realizamos por consideração ao rei"*.[44] De maneira sutil, é, no mínimo, o desconhecimento das regras canônicas pelo rei, o que sobressai nesse trecho. Fica claro, portanto, que o capítulo 46 do livro VI está em perfeita consonância com a imagem que é dada de Chilperico ao longo dos *Decem Libri Historiarum*.

Podemos então nos indagar quais seriam as motivações da descrição gregoriana. As relações entre um rei cuja percepção de suas próprias prerrogativas lhe conduzia a legislar mesmo em matéria doutrinária e um bispo, que era partidário da independência do poder eclesiástico, só poderiam ser difíceis. Desde o momento em que ele se amparou de Paris, passando por suas reivindicações sobre os domínios de seus irmãos, vemos Chilperico buscando estabelecer sua hegemonia no seio do mundo franco. É legítimo afirmar que Chilperico representa uma corrente política que podemos chamar de "constantiniana". Para realizar esse projeto, ele não recuou diante da possibilidade de afrontamentos com o clero. Os nomes que ele escolheu para seus filhos (Clóvis, Meroveu) refletem inclusive essa vontade de retomar contato com o passado glorioso da fundação da monarquia.[45] É na política religiosa que a ambição «imperial» de Chilperico assumiu toda sua amplitude. Ele entendia que a afirmação da hegemonia no seio do *regnum Francorum* passava não somente pela adoção de símbolos romanos, mas, sobretudo, pela submissão da Igreja. As duas assembléias conciliares que ocorreram durante seu reinado tinham por objetivo julgar bispos acusados de traição, como nos mostra os *Decem Libri Historiarum*. A primeira ocorreu em Paris, em 577,

42 *Decem Libri Historiarum* VI, 32.
43 Por exemplo, no julgamento de Pretextatus (*Decem Libri Historiarum* V, 18).
44 *Decem Libri Historiarum* V, 49.
45 Seria precipitado enxergar nos nomes dos filhos de Chilperico a influência de antigas tradições sagradas germânicas. Como mostrou E. Ewig, Chilperico retomou o nome dos fundadores e não de criaturas míticas (E. Ewig, «Die Namengebung bei den ältesten Frankenkönigen und im merovingischen Königshaus», pp. 21-69, surtout p. 43).

e ela julgou o bispo de Rouen, Pretextatus; a segunda, que ocorreu em Berny, em 580, tinha como réu o próprio Gregório de Tours.

Examinemos a primeira dessas assembléias. Chilperico participou dos debates e foi ele quem formulou as acusações ao bispo. Ele acusava Pretextatus de ter celebrado o casamento de seu filho, Meroveu, com a viúva de seu irmão, Brunilda, em detrimento dos cânones conciliares que interditavam o casamento entre um homem e a viúva de seu tio. Chilperico também acusava o bispo de Rouen de ter distribuído benefícios às populações, tendo como objetivo tornar Meroveu rei em seu lugar:

> *«Após esses acontecimentos, Chilperico, sabendo que Pretextatus, bispo de Rouen, distribuía presentes às populações para prejudicar seus interesses, convocou-o à sua presença. Após tê-lo questionado, ele descobriu que bens da rainha Brunilda tinham-lhe sido confiados, e após tê-los confiscados, ele ordenou que Pretextatus fosse banido até que seu caso fosse examinado por um concílio de bispos. Quando o concílio se reuniu, fizeram com que Pretextatus comparecesse...O rei disse ao acusado: "Que motivo tens, ó bispo, para unir meu inimigo , que deveria ter se comportado como um filho, à sua tia, isto é, a viúva de seu tio? Tu ignoras as sanções que os cânones prevêem para uma tal coisa? Além do mais, não é apenas nisso que é provado que você errou, tu conspiraste com Meroveu corrompendo certas pessoas para que eu fosse assassinado».*[46]

A descrição do julgamento de Pretextatus não é de modo algum maniqueísta. Vemos, por exemplo, que Chilperico permaneceu preso à formalidade jurídica e que foi através da utilização de argumentos retirados dos cânones conciliares que ele tentou condenar o bispo de Rouen. Ele se colocou como defensor das normas canônicas ao se dirigir a Pretextatus e lhe acusar de ter realizado o casamento de Meroveu e de Brunilda a despeito do que afirmam os cânones. Quando o rei formulou a segunda acusação, a de traição, a multidão, segundo Gregório, teria tentado atacar o bispo, e que Chilperico teria impedido. Não há dúvidas de que o rei pretendia punir o bispo de Roeun, mas ele preferia que ele fosse condenado pelos seus pares. É muito provável que Chilperico quisesse fazer de Pretextatus um exemplo. Entretanto, se do ponto de vista da forma, o rei permaneceu fiel às regras canônicas, do ponto de vista do conteúdo, ele não hesitou em deturpá-las a seu favor. Elas eram um

46 *Decem Libri Historiarum* V, 18.

instrumento que ele utilizava e falsificava segundo suas intenções, como, por exemplo, para justificar a deposição e a excomunhão do bispo Pretextatus.[47]

Era importante para Chilperico criar um precedente, utilizando a justiça eclesiástica para punir os membros do episcopado de seu reino que não se mostrassem suficientemente leais em um contexto político bastante delicado. A acusação de que Pretextatus havia transgredido os cânones, ao unir em casamento um homem e a viúva de seu tio, era apenas a primeira parte de um requisitório destinado a provar que o bispo havia participado de um complô contra o rei. É exatamente essa acusação que provocou a reação violenta da multidão que quis linchar o bispo e é também ela que dominou os debates. Chilperico esperava que Pretextatus fosse condenado pelos seus pares por traição. Nesse sentido, ele conduzia o episcopado à esfera política, mas apenas para referendar a vontade real. Os bispos eram para ele simples funcionários da realeza, que, enquanto tais, deviam uma obediência perfeita e sem limites ao rei e a seus representantes. Essa política consistia em recusar ao episcopado um papel político de primeiro plano.

O contraponto teológico-político dessa visão imperial do poder começa a ser dado por Gregório no próprio capítulo em que trata do julgamento de Pretextatus. Quando os padres conciliares estavam reunidos na sacristia da basílica, Gregório lhes exortou a não condenar o bispo de Rouen:

> *«Em conseqüência, não permaneçam em silêncio, mas preguem ao rei e coloquem diante de seus olhos seus pecados para que um mal não aconteça e que vós não sejas responsáveis pela sua alma ».*[48]

Aqui, Gregório convidava os bispos a exercer o papel de conselheiros do rei. É dessa maneira que ele via a atuação do episcopado numa realeza ideal, como a do rei Gontrão. Para ilustrar seus propósitos, o bispo de Tours dava o exemplo de Clodomiro e do usurpador Máximo, que teriam morrido, respectivamente, por ignorar os conselhos dos bispos e por ter desrespeitado um deles.[49] Gregório tentou obter a imparcialidade dos bispos face às pressões de Chilperico. Entretanto, denunciado por alguns dentre esses, ele é levado à presença do rei, onde teria se defendido com o seguinte discurso:

> *«Se um de nós, ó Rei, quis se desviar do caminho da justiça, ele pode ser reconduzido no bom caminho por ti; mas si és tu que*

47 *Decem Libri Historiarum* V, 18.
48 *Ibid.*
49 *Ibid.*

desvias, quem te corrigirás? Nós te falamos e tu escutas se quiserdes; mas se tu não quiserdes, que te condenarás senão Aquele que declarou que ele é a justiça eterna?».[50]

Trata-se, muito provavelmente, de uma das mais vigorosas defesas da realeza cristã. Gregório convidava Chilperico a aceitar os conselhos dos bispos, a governar o reino com eles, mais precisamente com sua ajuda espiritual, aproveitando-se de seus conhecimentos daquilo que era justo e daquilo que não era, daquilo que agradava a Deus e daquilo que não O agradava. O sermão comportava igualmente uma ameaça: se o rei se afastasse do bom caminho e não quisesse escutar os bispos, ele iria se arriscar à punição divina. Chilperico era exortado a colocar seu governo em conformidade com os princípios morais inspirados pelo episcopado.

Se Gregório pretendeu defender a dignidade episcopal face aos excessos do poder real, em momento algum ele colocou em cheque as prerrogativas do rei merovíngio, inclusive na manutenção da disciplina eclesiástica. Ele aceitou, por exemplo, o julgamento feito por Chilperico na ocasião do processo contra o bispo Pretextatus, admitindo a superioridade do poder real nos assuntos temporais e, ao mesmo tempo, salientando a preeminência moral dos bispos. Gregório reconhecia no rei a mais alta autoridade política do reino. Ele teria o poder de trazer os bispos para o bom caminho, enquanto que apenas Deus poderia condená-lo.[51] Isso não faz de Gregório um partidário do poder absoluto da realeza, mas o aproxima das idéias que eram defendidas no final do século V pelo papa Gelásio. O rei, mesmo tendo contas a prestar somente a Deus, teria interesse, caso ele não quisesse contrariar a vontade divina, em escutar aquilo que os bispos teriam a dizer. O bispo de Tours parece particularmente sensível aos argumentos desse papa que lembrava ao imperador Anastácio a necessidade de escutar os conselhos dos clérigos. Esse princípio é recorrente ao longo dos *Decem Libri Historiarum*, muito embora se trate de um gelasianismo "temperado" por uma alta percepção das responsabilidades político-morais dos bispos.

Chilperico buscou, em vão, convencer Gregório e os outros bispos reunidos no concílio que a sua posição face a Pretextatus era bem-fundada. Todavia, como mostra Gregório, o bispo de Rouen conseguiu provar sua inocência da acusação de que teria roubado ouro e pedras preciosas com o objetivo de corromper funcionários reais. Ele acabou convencido pelo rei de que obteria seu perdão caso se declarasse culpado diante dos bispos, o que acabou por fazer.[52] Chilperico, segundo Gre-

50 *Ibid.*
51 *Ibid.*
52 *Ibid.*

gório, ao invés de agir como tinha prometido, pediu aos bispos que excomungassem Pretextatus. Para tanto, ele teria utilizado uma coleção falsificada de cânones. O bispo de Rouen teria sido então exilado, segundo a vontade do Chilperico.[53]

O capítulo consagrado ao julgamento de Pretextatus constitui, na obra de Gregório, um momento privilegiado da luta entre dois modelos de realeza, um modelo "negativo", que ignora e persegue os bispos, cujo arauto é Chilperico; e um outro modelo, fundado nos princípios cristãos e no papel político do episcopado na afirmação desses mesmos princípios. Nesse capítulo, Gregório faz referência ao que teria motivado a perseguição a esse bispo por Chilperico, empregando o termo *utilitas*, que ele associa aos interesses do rei:

> *«Após esses acontecimentos, Chilperico, sabendo que Pretextatus, bispo de Rouen, distribuía presentes às populações para prejudicar seus interesses* [contra utilitatem suam], *convocou-o à sua presença»*[54]

Gregório poderia ter dito que Chilperico acusava Pretextatus de se opor à *utilitas publica*; mas não o fez, muito embora essa expressão tenha sido utilizada em outras partes dos *Decem Libri Historiarum*.[55] . A expressão que é empregada no texto do julgamento de Pretextatus remete aos interesses pessoais do rei. Ela aparece igualmente no capítulo 46 do livro seis:

> *«Et in praeceptionibus quas ad iudicis pro suis utilitatibus dirigebat, hac addebat: 'Si quis praecepta nostra contempserit, oculorum avulsione multetur'».*

A tradução francesa e a tradução inglesa dos *Decem Libri Historiarum* dão sentidos sensivelmente diferentes a esta mesma frase. R. Latouche a traduz da seguinte maneira: *«…et dans les préceptes qu'il adressait aux juges pour ses affaires il ajoutait cette clause…»* (p. 72); já L. Thorpe prefere: *«In the instructions wich he issued to judges for the maintenance of his decrees…»* (p. 380). A tradução de Latouche nos parece mais adequada, pois com o termo *utilitas*, em outras partes de seu texto, Gregório designa "interesses", mais do que "decretos".[56] No mesmo ca-

53 *Ibid.*
54 *Decem Libri Historiarum* V, 18.
55 Por exemplo, *Decem Libri Historiarum* IX, 8: *«'Peccavi tibi ac genetrice tuae, non obediendo praeceptionibus vestris, sed agendo contra voluntate vestram atque utilitatem publicam'».*
56 Por exemplo, *Decem Libri Historiarum* X, 9: *«…tamen ad Ebracharium veniens, pacem petiit obsedesque cum multis muneribus tradidit, promittens se numquam contra utilitatem Gunthchramni regis esse venturum(...)Nihil nos dominis nostris regibus culpabelis sumus nec umquam contra utilitatem eorum superbi extitimus, sed in*

pítulo 46, Gregório afirma que Chilperico *"tinha em aversão os interesses dos pobres"* (*"causas paperum exosas habebat"*). Há entre essa afirmação e a afirmação segundo a qual Chilperico, em suas ações, privilegiava seus interesses uma estreita correlação. Seria normal, na perspectiva do bispo de Tours, que um rei que tinha aversão pelos interesses dos pobres, se ocupasse, em seus atos de governo, unicamente com seus próprios interesses. Há nos *Decem Libri Historiarum* uma oposição entre dois modelos de governo. Através seu retrato de Chilperico, o bispo de Tours apresenta ao leitor uma antítese do rei ideal. Os interesses de Chilperico, aos quais ele atribui uma conotação pessoal, se oporiam à *utilitas publica* que o bom príncipe deve perseguir em seus atos de governo. O caso de Chilperico, tal como ele é descrito por Gregório, constitui o contra-exemplo do ideal do governo cristão. Quando o bispo de Tours qualifica de estritamente pessoal as motivações dos atos de Chilperico, ele faz um julgamento de valor. Trata-se, para ele, de condenar a *utilitas* concebida como uma espécie de razão de Estado, estrangeira a toda consideração de ordem moral.

Essa visão negativa veiculada pelos *Decem Libri Historiarum* não significa que a autoridade real de Chilperico correspondia rigorosamente à descrição feita por Gregório. Os meios que o primeiro utilizava para atingir seus fins indicam a existência de uma certa sensibilidade imperial, ou seja, uma vontade de traduzir sua autoridade de uma maneira bastante próxima daquela utilizada pelos imperadores romanos. É justamente o caráter público que o bispo de Tours negava à autoridade exercida por Chilperico. Em contraste, quando trata do rei Gontrão, Gregório não hesita em empregar o termo *utilitas publica*.[57] Esse termo, tal como Gregório o concebe, não pode estar dissociado da preocupação com os pobres, com a Igreja e com os bispos. Nesse sentido, a realeza de Chilperico é a encarnação de um poder desligado de qualquer obrigação em relação aos cristãos e, em conseqüência, separado do mundo. Nos *Decem Libri Historiarum*, toda autoridade que não está fundada na preocupação cristã pelo interesse geral não possui qualquer dimensão pública, ou seja, qualquer legitimidade.

Em face de um Chilperico cuja morte marca o triunfo simbólico do episcopado, Gregório opõe Gontrão, que não morre, ou cuja morte em todo caso não é mencionada nos *Decem Libri Historiarum*, mesmo que Gregório tenha tomado conhecimento dela antes de terminar a redação de sua obra, como nos mostra um trecho dos *Septem libri miraculorum* dedicado aos milagres de São Martinho.[58] Contudo, as diferenças quan-

---

captivitate Brittanorum positi, gravi iugo subditi sumus»; *Decem Libri Historiarum* X, 19: *«'Quod fuerim amicus regis Chilperici, negare non potero, non tamen contra utilitatem regis Childeberthi haec amicitia pullulavit'»*.

57 *Decem Libri Historiarum* IX, 10; *Decem Libri Historiarum* IX, 20.

58 *De virtutibus beati Martini episcopi*, IV, 37.

to ao tratamento dispensado nessa obra a esses dois reis merovíngios não provêm de razões pessoais, de uma antipatia do autor em relação a Chilperico, ou de uma simpatia exacerbada em relação a Gontrão. Gregório não possui uma visão maniqueísta dos personagens que descreve: ele não oculta os pecados de Gontrão em sua obra. O que está em jogo na visão do bispo de Tours são os comportamentos de cada um desses príncipes em relação à Igreja. Cada um deles possui modos distintos de conceber o papel da Igreja e, conseqüentemente, do episcopado no seio da sociedade.[59] Nesse sentido, é ilustrativa a maneira como Gregório descreve a ação «taumatúrgica» do rei Gontrão:

> *"O dito rei era, como nós já dissemos, generoso em suas esmolas e assíduo às vigílias e aos jejuns. O rumor corria então que Marselha estava sendo assolada pela peste e que essa doença tinha se espalhado rapidamente até um vilarejo da região lionesa chamado Ozon. Ora, o rei, que como teria feito um bom bispo, encontrou os remédios próprios a curar as feridas da multidão pecadora, e ordenou a toda a população que se reunisse na igreja e celebrasse as cerimônias de súplica com uma devoção particular (...) Conta-se entre os fiéis que uma mulher, cujo filho sofria da febre e estava dolorosamente acamado, se aproximou no meio da multidão das pessoas que estavam próximas ao rei, e tendo, às escondidas, arrancado algumas franjas do manto real, colocou-as na água que ela deu para que seu filho bebesse. Imediatamente, a febre baixou e ele foi curado".*[60]

O relato do milagre de Gontrão, algumas vezes citado como exemplo do elogio feito por Gregório à figura do *rex-sacerdos*, pode ser interpretado, nesse sentido, como uma tentativa de impor um programa moral à realeza. Esse milagre permanece um caso isolado. No relato de Gregório, nenhum outro rei afora Gontrão realizou semelhante prodígio. Para compreendê-lo, é necessário situa-lo no contexto do relato de Gregório. Gontrão ocupa um lugar de destaque na narrativa gregoriana. O milagre vem apenas consagrar o retrato daquele que é, ao longo dos *Decem Libri Historiarum*, o rei cristão ideal. Segundo M. Reydellet, longe de apresentar o rei como um membro do episcopado, ligando estreitamente sacerdócio e realeza, Gregório se livrou de uma "recuperação" do milagre de Gontrão em proveito da ordem episcopal. O bispo de Tours sabia que associava um poder milagroso ao rei Gontrão. Ele busca, então, dissociar essa *virtus* da realeza de duas maneiras distintas: fazendo

59 Ver M. Heinzelmann, *Bischofsherrschaft in Gallien*, p. 158.
60 *Decem Libri Historiarum* IX, 21

do rei uma espécie de bispo e, também insistindo na ligação estreita entre a piedade de Gontrão e seu milagre[61]. Ao proceder dessa forma, Gregório interpreta o milagre como uma recompensa ao comportamento do rei. De maneira hábil, ele associa o milagre à grande bondade que deve aproximar a ação de um rei e a ação de um bispo. Nesse sentido, ele busca demonstrar que o poder milagroso pode ser, eventualmente, a recompensa divina a um rei que governa o seu reino com bondade e escutando os conselhos dos bispos.

Não é anódino que Gregório tenha erigido Chilperico em modelo do mau príncipe e Gontrão em seu contra-ponto. A oposição entre duas maneiras distintas de tratar o episcopado aparece nas explicações dadas por Gregório, no capítulo 48 do livro IV, sobre as origens das guerras civis que assolaram a Gália a partir da metade do século VI:

> *«Nós nos perguntamos ainda surpresos e estupefatos porque tantos desastres abateram-se sobre esses povos. Mas lembremo-nos do que seus ancestrais fizeram e o que eles perpetram hoje. Após a predicação dos bispos, as primeiras gerações abandonaram os templos pelas igrejas; agora, eles saqueiam cotidianamente essas mesmas igrejas. Os antigos veneravam e escutavam de todo seu coração os bispos do Senhor; hoje, não somente eles não os escutam, como lhes perseguem. Seus ancestrais enriqueceram monastérios e igrejas, hoje eles as dilapidam e as demolem».*[62]

A resposta que ele dá ao problema consiste em uma comparação entre os primeiros príncipes merovíngios e aqueles que eram seus contemporâneos. Nesse texto, é Chilperico que Gregório designa sem o citar formalmente. A idéia que guiava Gregório era a da inclusão total das igrejas episcopais na vida política do reino. Esse modelo de sociedade não era uma criação de Gregório nem de Gontrão. Descrito pela historiografia alemã pelo termo *Bischofsherrschaft*, ele tem suas raízes na Gália, durante a segunda metade do século V. Entre seus opositores, encontramos Chilperico, mas também alguns bispos que desconfiavam de uma união excessivamente estreita entre o poder temporal e o poder eclesiástico.[63]

O fato de Gregório de Tours ter sido o difusor de uma idéia de realeza cristã coloca o problema do nível de comprometimento de seu relato: em outras palavras, podemos nos perguntar até que ponto a sua descrição da monarquia franca não foi influenciada e até mesmo obscurecida

61 M. Reydellet, *La royauté dans la littérature latine de Sidoine Apollinaire à Isidore de Séville*, p.423.
62 *Decem Libri Historiarum* IV, 48.
63 M. Heinzelmann, *Bischofsherrschaft in Gallien*, p. 158.

por seus preceitos ideológicos. No caso afirmativo, seria ela uma testemunha digna de fé da evolução das relações de poder no século VI? Teria ele tentado concatenar os eventos, em sua narrativa, de modo a mostrar o triunfo de uma certa visão do mundo que era também a sua? Nesse caso, poderíamos afirmar que os *Decem Libri Historiarum* apresentam uma visão deformada dos eventos, e que o objetivo de seu autor era demonstrar a retidão do posicionamento dos bispos assim como o seu triunfo inelutável? Para responder a essas indagações, é necessário, em primeiro lugar, compreender que Gregório não era o "homem do partido episcopal", contrariamente ao que afirma A.H.B. Breukelaar. Para esse autor, a obra de Gregório teria servido e confortado as posições do partido episcopal. Ele vê nos *Decem Libri Historiarum* um artefato literário, um instrumento do estabelecimento e da legitimação do poder episcopal na Gália, através da qual teria sido expresso o monopólio episcopal sobre o sagrado e sobre as relações políticas.[64] É verdade que sua obra é a expressão de uma certa percepção episcopal do mundo em geral e da realeza em particular, na qual os reis são chamados a buscar ajuda dos bispos na administração dos assuntos públicos. Todavia, não encontramos nos textos do bispo de Tours um alinhamento genérico à causa episcopal. Ele não cessou de denunciar os crimes e os pecados de certos clérigos, da mesma maneira que não poupou os soberanos, nem mesmo Gontrão. É redutor ver em Gregório um autor a serviço de uma ideologia. Sua postura face à realeza é a postura de um clérigo ciente de suas prerrogativas, mas também perfeitamente consciente da superioridade dos reis nesse mundo. Ele não pode ser qualificado como defensor de um regime "hierocrático". Os bispos poderiam, segundo ele, estar à escuta dos reis, lhes dar conselhos, mas jamais assumir a postura de gerentes do poder. Por outro lado, há na visão de Gregório limites que um rei, por mais poderoso e santo que fosse, não poderia jamais ultrapassar. Da mesma maneira, os clérigos, respeitosos face às atribuições temporais do rei, deveriam evitar desobedecer ao rei nesse domínio.

• • •

Ainda que Gregório de Tours seja partidário de uma forma de governo fundada em princípios cristãos e orientada pelos conselhos dos bispos, sua narrativa não é obscurecida por essa idéia. A visão ideal e cristã da realeza que ele exprime várias vezes não o impede de descrever os conflitos e as contradições no seio da monarquia franca. Sua visão

64 A.H.B. Breukelaar, *Historiography and episcopal authority in sixth-century Gaul*, p. 227 et sq.

crítica e algumas vezes irônica — que parece servir para mostrar quanto tal ou tal rei estava longe do modelo ideal de soberano — garante uma descrição do governo merovíngio que é bastante útil ao historiador. Quando Gregório apresenta o modelo e o antimodelo do rei cristão ideal, opõe aquilo que podemos designar de "realeza cristã" à "realeza imperial". Seu estilo é marcado pela dicotomia, pela oposição sistemática entre dois modelos de príncipes, mas não é maniqueísta. Mesmo quando descreve aqueles que considera como príncipes ideais, Clóvis ou Gontrão, não busca diminuir seus erros. Defensor da "realeza cristã", Gregório se opunha à idéia e à prática de uma realeza em que os poderes do rei fossem absolutos. Ele também não busca dissimular a atração que essa "realeza imperial" exercia sobre os príncipes merovíngios. Aliás, a existência de tais práticas possui uma função pedagógica em sua obra: mostrar, através do choque entre os reis que obedeciam aos preceitos dos bispos e os reis que não os obedeciam, o triunfo dos primeiros.

REFERÊNCIAS

Fontes

Gregório de Tours. *Gregorii episcopi Turonensis historiarum libri X*, *MGH SRM*, ed. B. Krusch Fasc. I e II, 1937-1942; Fasc. III, *Praefatio et Indices*, ed. B. Krusch, W. Levison e W. Holtzmann, Hanovre, 1951[trad. ingl., L. Thorpe, *The History of the Francs*. Harmondsworth/New York, 1974; trad. franc. R. Latouche, *L'Histoire des Francs*. Paris, 1999 (1a ed. 1963-65)].

Gregório de Tours. *Libri I-IV de virtutibus S. Martini episcopi, MGH, Gregorii episcopi Turonensis miracula et opera minora*, ed. B. Krusch, Hanover, 1885, pp. 134-211.

Livros e artigos

P. Bourgain e M. Heinzelmann. «L'œuvre de Grégoire de Tours: la diffusion des manuscrits». In: N. Gauthier, H. Galinié (org.). *Grégoire de Tours et l'espace gaulois*, *Actes du congrès international, Tours, 3-5 novembre 1994*, Tours, 1997, pp. 273-317.

A.H.B. Breukellaar. *Historiography and episcopal authority in sixht-century*, *Gaul: the Histories of Gregory Tours interpreted in their historical context*. Göttingen, 1994.

P. Brown. *The cult of the saints : its rise and fonction in latin Christianity*. 2a ed. Londres, 1983.

E. Ewig. «Die Namengebung bei den ältesten Frankenkönigen und im merowingischen Königshaus». *Francia* 18/1 (1991), pp. 21-69.

C. Gauvard, A. de Libera, M. Zink (dir.). *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris, 2002.

W. Goffart. «From 'Historiae' to 'Historia Francorum' and back again: aspects of the contexture history of Gregory of Tours». In: *Religion, Culture and Society in the Early Middle Ages. Studies in honor of R.E. Sullivan*. Kalamazoo, 1987, pp. 55-76.

W. Goffart. *The Narrators of barbarian history (A.D. 550-800). Jordanes, Gregory of Tours, Bede and Paul the Deacon*. Princeton, 1988.

O. Guillot. «La justice dans le royaume franc à l'époque mérovingienne». In.: *La giustizia nell'Alto Medioevo (secoli V-VIII). Settimane* 42, t. II, Spoleto, 1995, pp.653-731.
M. Heinzelmann. «Histoire, rois et prophètes. Le rôle des éléments autobiographiques dans les 'Histoires' de Grégoire de Tours: un guide épiscopal à l'usage du roi chrétien». In: A. Scharer, G. Scheibelreiter (ed.). *De Tertullien aux Mozarabes*, t.1, *Antiquité Tardive et christianisme ancien (IIIe-VIe siècles)*. Paris, 1992, pp.544-545.
M. Heinzelmann. «Grégoire de Tours, 'père de l'histoire de France'?». In: Y.-M. Bercé, Ph. Contamine (dir.), *Histoire de la France, historiens de la France. Actes du colloque international, Reims, 4-15 mai 1993*. Paris, 1994, pp. 19-45.
M. Heinzelmann. *Gregor von Tours*, *(538-594): «Zehn Bücher Geschichte»: Historiographie und Gesellschaftskonzept im 6. Jahrhundert*. Darmstadt, 1994 (trad. ingl., C. Carroll, *Gregory of Tours : history and society in the sixth century*. New York, 2001).
K.G. Kries. *De Gregorii Turonensis episcopi vita et scriptis*. Breslau, 1859.
S. Linger. «Puissance sociale des *domini* d'après l'œuvre de Grégoire de Tours». In: E. Magnou-Nortier (dir.). *Aux Sources de la Gestion Publique*, *Hommes de Pouvoir, Ressources et lieux du Pouvoir, Ve-XIIIe siècles, Actes du Colloque des 26 et 27 janvier 1997*. Lille, 1998, t. III, pp. 51-69.
F. Lot, Ch. Pfister et F.L. Ganshof. *Les destinées de l'Empire en Occident de 358 à 888*, In.: G. Glotz (Dir.). *Histoire générale*. Paris, 1928.
R.W. Mathisen. «The Family of Georgius Florentinus Gregorius and the Bishops of Tours». *Medievalia et Humanistica*, *New Series* 12 (1984), pp. 83-95.
W. Meyer. *Der Gelegenheitsdichter Fortunatus*. Berlin, 1901.
G. Monod. *Etudes critiques sur les sources de l'histoire mérovingienne, 1ère partie, Introduction, Grégoire de Tours, Marius d'Avenches*. Paris, 1872.
L. Pietri. «Grégoire de Tours et la justice dans le royaume des Francs». In.: *La Giustizia nell'Alto Medioevo (secoli V-VIII), Settimane* 42, t. I, 1995, pp.426-477.
M. Reydellet. *La royauté dans la littérature latine de Sidoine Apollinaire à Isidore de Séville*. Paris, 1981.
J.-M. Wallace-Hadrill. « The Work of Gregory of Tours in the light of modern research», *The Long-haired Kings and Other studies in Frankish History*. Londres, 1962, pp. 49-70.
K.F. Werner. «Faire revivre le souvenir d'un pays oublié: La Neustrie» . Atsma (ed.), *La Neustrie. Les pays au nord de la Loire de 650 à 850*, I, Colloque historique internatonal, Sigmaringen, 1989, pp.XIII-XXXI.
I. Wood. *Gregory of Tours*. Bangor, 1994.
R. Van Dam. *Leadership and Community in Late Antique Gaul*. Berkeley, 1985.
G. Vinay. *San Gregorio de Tours*. Carmagnola, 1940.